

DEBATE

Qualidade do Livro Didático de Ciências: o que define e quem define?

Ivan Amorosino do Amaral, Jorge Megid Neto

Recentemente a grande imprensa vem divulgando notícias sobre projetos governamentais de avaliação dos livros didáticos editados no país, para o Ensino Fundamental. Trata-se de iniciativa da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) do Ministério de Educação e do Desporto (MEC). Sabemos que, anualmente, professores de escolas públicas do país selecionam livros didáticos para seus alunos, a partir de um catálogo fornecido pela FAE, os quais, posteriormente, são adquiridos por esse órgão e repassados às respectivas escolas.

Em 1994, a FAE encomendou uma avaliação dos livros didáticos de 1ª a 4ª séries, nas áreas de Ciências, Estudos Sociais, Matemática e Português, que foi realizada por grupos de especialistas de várias instituições. No 1º semestre de 1996, essa avaliação estendeu-se para livros de 5ª a 8ª séries, sendo que tivemos oportunidade de participar da mesma, na área de Ciências.

Os resultados divulgados pela FAE, até o momento, restringem-se à avaliação dos livros de 1ª a 4ª séries e têm causado grande polêmica entre governo, editoras e especialistas em educação. Mais concretamente, a imprensa tem veiculado informações de que a maioria dos livros didáticos largamente utilizados nas escolas brasileiras foram "reprovados" pelas equipes de avaliadores. Segundo ela, isto ocorreu por algumas razões principais: grande quantidade de erros conceituais, inserção de preconceitos de diversas ordens e incorreções nas ilustrações; mais raramente, são apontadas deficiências no aspecto gráfico.

Examinando-se o estudo encomendado pela FAE, observa-se de imediato que as equipes de avaliação não se restringiram **somente** aos aspectos noticiados pela imprensa. Foram **vários e diversificados** os critérios utilizados para a análise das coleções e, conforme é possível depreender das Conclusões Gerais e Recomendações do referido estudo, aquelas deficiências apontadas pela imprensa não constituíram o critério determinante da avaliação das coleções. Tal como os responsáveis por aquele estudo, acreditamos que existam critérios mais fundamentais para se considerar uma coleção didática adequada ou não ao ensino de determinada disciplina.

No caso de Ciências, esses critérios mais relevantes dizem respeito, por exemplo, às concepções de Ciência, de Ambiente e de Educação e suas relações entre si e com a sociedade. Estas são as bases fundamentais do ensino de Ciências, reveladas nas pesquisas educacionais desenvolvidas no Brasil e em outros países. As diretrizes estabelecidas nas atuais propostas curriculares oficiais de diversos

estados e municípios brasileiros, ou até mesmo a recente proposição federal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) derivam dessas bases.

É esperado, assim, que os autores de livros didáticos e as editoras levem em consideração, **no mínimo**, essas bases e diretrizes ao elaborarem e divulgarem suas obras. E isto é o que menos tem ocorrido com as coleções analisadas. No discurso ou proposições iniciais, até que os autores procuram incorporar alguns dos avanços educacionais na área de Ciências. Mas, na implementação dessas idéias ao texto do livro, atividades, suplementos e orientações metodológicas ao professor, isto via-de-regra não se efetiva.

Os erros conceituais ou a presença de preconceitos sociais, culturais e raciais são muito frequentes, porém **pontuais**, geralmente podendo ser detectados diretamente no texto, na atividade, na ilustração. Esses erros podem ser corrigidos com alguma facilidade pelos professores, por meio de seus conhecimentos sobre o assunto, pela parceria com colegas de escola ou pela assessoria de outros especialistas. De modo semelhante, as deficiências nos aspectos gráficos, tais como ilustrações sem escalas, qualidade inadequada do papel ou uma diagramação cansativa podem também ser corrigidos, por intermédio de uma nova editoração. Mas, que dizer de concepções errôneas, superadas, parciais, enviesadas, mistificadas sobre ciência, educação, ambiente, saúde, tecnologia, entre tantas outras? Como alterar um tratamento ao conteúdo que configura o conhecimento científico como produto acabado de algumas mentes privilegiadas, sempre verdadeiro e a-histórico, que não sofre interferência dos mecanismos de dominação política, ideológica e/ou econômica? Como modificar um enfoque ambiental fragmentado, às vezes espartilhado, estático, sem localização espaço-temporal? Ou, então, como substituir um tratamento metodológico que concebe o aluno como um ser passivo, depositário de informações desconexas e descontextualizadas da realidade?

Estas e tantas outras noções equivocadas presentes nos livros didáticos e no processo metodológico de sua utilização, nos moldes sugeridos explícita ou implicitamente pelos seus autores, são extremamente difíceis de se modificar. Elas se incorporam ao substrato do aluno e, a cada ano de escolaridade, a cada livro didático estudado, vão sendo reforçadas mais e mais tais noções e sendo enraizadas posturas decorrentes.

Além destas questões presentes no processo de avaliação estimulado pela FAE e na divulgação

parcialmente equivocada dos resultados desse processo, pela imprensa, outro aspecto polêmico da análise das coleções didáticas é a finalidade política que tem movido o MEC nessas ações. Reunindo-se informações esparsas em diversos documentos e declarações do ministro da educação, aparentemente pode-se dizer que este processo de avaliação dos livros didáticos faz parte de uma estratégia de implementação das mudanças educacionais formalizadas nos PCN. Ao longo das últimas décadas, o livro didático tem sido o verdadeiro parâmetro curricular nacional, na medida em que a maioria dos professores utilizam-no como o principal, quando não o único, recurso didático. Ciente disso, o MEC pretenderia influenciar no teor e na qualidade dos livros, na esperança de que assim suas diretrizes de mudanças viessem efetivamente se concretizar.

Esperança provavelmente vã. É necessário chamar a atenção para o caráter elitista e autoritário que tem caracterizado a preparação dos PCN, onde os professores, mais uma vez, foram alijados de toda e qualquer participação. É necessário alertar, também, que esse fato se agrava porque os PCN, ao invés de se constituírem em parâmetros, acabaram se transformando em verdadeiro currículo mínimo nacionalmente padronizado. Ambos os fatos representam uma reviravolta em relação a tudo o que os círculos nacionais e internacionais vêm concluindo e recomendando em termos de flexibilização e regionalização de currículos e participação de professores nas mudanças educacionais. Assim é que, mais uma vez, ao invés de se investir na formação, na dignidade salarial e na carreira do professor, escamoteia-se a realidade e procura-se instituir mudanças e modelos educacionais à prova de professor.

Além do mais, causa perplexidade a ingenuidade em se acreditar que as editoras e autores venham efetivamente a produzir as coleções didáticas almejadas pelo MEC. Mais ainda: se porventura isso

vier a acontecer, não podemos nos esquecer que obras atualizadas e de boa qualidade já foram publicadas e na prática rejeitadas pelos professores, caindo no esquecimento ou no uso restrito. Sabemos que isso ocorreu pois essas eram obras que não estavam em sintonia com as tradições programáticas e metodológicas aceitas pelos docentes e, principalmente, porque não eram adequadas às suas condições de trabalho.

Será que os professores precisam ser tutelados na escolha do livro didático ou, na verdade, precisam ter sua formação e suas condições de trabalho melhoradas e assim exercerem plena e autonomamente seu senso crítico? Será que as editoras têm preconceitos contra obras atualizadas e de boa qualidade ou, na verdade, seguem a política de mercado, privilegiando os materiais que melhor se ajustem à realidade profissional docente? Diante disso, o que fazer com as análises feitas pelos especialistas: deixá-las como referencial para decisões de cúpula ou, então, sociabilizá-las, difundindo-as junto aos professores, não somente seus resultados, mas os fundamentos, critérios e processos utilizados nessa avaliação?

Possivelmente esta sociabilização poderá contribuir para que o professor pense formas alternativas de utilização das coleções didáticas hoje existentes. A curto prazo, talvez esta seja uma das saídas para os atuais livros no mercado nacional, enquanto novos modelos de obras didáticas vão sendo discutidos e concebidos, assim como outros tipos de recursos didáticos.

Ministério da Educação e do Desporto. Fundação de Assistência ao Estudante. **Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos: Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências - 1ª a 4ª séries.** Brasília : FAE, 1994. 376p.

Ivan A. do Amaral e Jorge Megid Neto são professores da Área de Ciências do Dpto de Metodologia do Ensino, Fac. Educação, Unicamp.